

APRESENTAÇÃO

A pergunta pelo que faz da história um saber específico e, ao mesmo tempo, um espaço aberto de disputa atravessa os debates contemporâneos em Teoria da História e História da Historiografia. Não se trata apenas de discutir técnicas, métodos ou procedimentos de pesquisa, mas de interrogar o próprio lugar social da disciplina, suas promessas e seus fracassos, suas cumplicidades com projetos de poder e suas possibilidades de crítica. A teoria e a história da historiografia deixam de ser zonas periféricas para se converter em laboratórios privilegiados de reflexão sobre tempo, linguagem, memória e imaginação histórica. É nesse horizonte que se inscreve o dossiê “Horizontes do Fazer Historiográfico: Debates Contemporâneos em Teoria da História e História da Historiografia”, propondo que se tome o ofício do historiador não como uma tradição estabilizada, mas como um campo em aberto, permanentemente tensionado por novas experiências do passado e por novas sensibilidades políticas e epistêmicas.

Se as grandes narrativas sobre a modernidade costumavam supor uma temporalidade linear, cumulativa e progressiva, os debates contemporâneos em Teoria da História têm insistido na necessidade de deslocar esse regime de historicidade. Crises ecológicas e humanitárias, violências coloniais não reparadas, políticas de extermínio e formas renovadas de autoritarismo desafiam a imagem de um tempo que se deixaria ordenar por noções de avanço, superação ou maturidade histórica. A reflexão teórica volta a indagar as categorias que estruturaram a disciplina, como causalidade, objetividade e evidência, mas o faz a partir de uma consciência aguda de que não existe observação neutra do passado. Todo gesto historiográfico está atravessado por relações de poder, por localizações sociais e por linguagens que organizam o visível e o dizível. A teoria se torna, assim, um exercício de vigilância sobre os próprios instrumentos de conhecimento, uma forma de crítica à naturalização das convenções disciplinares e das fronteiras que separam o que conta como história do que é relegado à condição de não saber.

A História da Historiografia, por sua vez, afasta-se cada vez mais de um inventário de “grandes autores” para se tornar análise dos modos pelos quais comunidades específicas produziram e legitimaram certas formas de narrar o passado. Em lugar de um panteão de mestres, interessa investigar arquivos institucionais, trajetórias intelectuais marcadas por gênero, raça e classe, redes de sociabilidade, disputas por autoridade acadêmica e circulação transnacional de conceitos. Ao acompanhar o movimento da disciplina em diferentes escalas, da história local às histórias globais do conhecimento, abre-se espaço para perceber as hierarquias que recortam o campo e para reconhecer epistemologias situadas que, por muito tempo, permaneceram à margem dos cânones historiográficos. Com isso, a história da historiografia deixa de ser mero espelho da disciplina para tornar visíveis seus pontos cegos, as exclusões que a sustentam e as alternativas que foram sistematicamente desqualificadas.

Os Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, o feminismo, as epistemologias indígenas e negras e as discussões em torno da história global produziram deslocamentos decisivos nesse quadro. A teoria da história já não pode ignorar que o universal da disciplina foi construído a partir de localizações muito específicas, frequentemente eurocentradas e androcêntricas, nem que a própria ideia de modernidade está enredada em histórias de conquista, racismo e expropriação. A crítica às “grandes narrativas” não significa abandono da ambição de compreender processos de longa duração, mas exige que se repense quem fala, a partir de onde e sobre quem, e de que modo certas experiências foram historicamente classificadas como periféricas, atrasadas ou meramente “locais”. A noção de local não remete apenas a uma escala territorial reduzida, mas a formas de vida que resistem à subsunção em esquemas homogêneos de tempo e de racionalidade. Pensar a historicidade hoje implica admitir a coexistência de temporalidades desiguais e de saberes em conflito, sem supor que um único modelo de ciência histórica tenha o direito de falar em nome de todos.

Nesse contexto, a narrativa historiográfica volta ao centro do debate. A virada linguística, que já havia apontado para o caráter construtivo e retórico da escrita da história, é reapropriada em chave ética e política. Não se trata de concluir que tudo é ficção, mas de reconhecer que a fronteira entre história e literatura é porosa, e que a disciplina, ao narrar, seleciona, hierarquiza e atribui sentidos. A discussão sobre formas de narrar torna-se inseparável de questões como testemunho, trauma, memória, violência de Estado e regimes

de verdade. Em sociedades atravessadas por políticas de esquecimento e por estratégias negacionistas, a escrita historiográfica é convocada a responder por sua responsabilidade pública, por sua participação na disputa pelos sentidos do passado e pela própria definição do que é lebrável. O problema da verdade não desaparece, mas deixa de ser pensado como correspondência transparente entre relato e fato, para ser recolocado como compromisso com procedimentos de crítica, com a escuta de vozes silenciadas e com a recusa de narrativas que reproduzam violências epistêmicas.

Organizadores:

Prof. Dr. Fábio Feltrin – Universidade Federal do Pará – UFPR

Prof. Dr. Ricardo Machado – Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS